



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 32

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião de 04-05-2011

Aos quatro dias do mês de Maio de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Viera Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Nelson Ricardo Esteves Peralta, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada não se verificaram ausências.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:00 horas), Helena Maria de Oliveira Dias Libório, João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 21:00 horas) e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 20:50 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Ivar Jorge Alves Corceiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel Santos Salavessa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Armando Manuel Dinis Vieira e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira e Paula Sofia Gonçalves Ramos.⁰²

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 2. – ALIENAÇÃO À PARQUE ESCOLAR, EPE, DE TERRENO DESTINADO A REFORÇAR OS ESPAÇOS DESPORTIVOS DA ESCOLA MÁRIO SACRAMENTO.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07/04/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio, que nesta reunião tiveram alguns problemas)

O Presidente da Câmara usou da palavra para fazer a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [003](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Está aqui hoje em análise, discussão e votação o contrato programa entre o município de Aveiro e a Parque Escolar.

Esta proposta ou este contrato, surge no cruzamento de diversos interesses, ou de diversos pontos de vista ou de diversos desejos ou anseios de três entidades, Ministério da Educação, que deseja requalificar a Escola Mário Sacramento, no âmbito da 3.º fase do programa da requalificação de escolas secundárias ou com ensino secundário. É desejo do Ministério avançar com essa requalificação. É naturalmente desejo do município que essa requalificação se verifique e também a Parque Escolar, através de protocolo irá realizar as obras e a suportar os custos dessa requalificação. Para que essa requalificação tenha a qualidade que todos nós desejamos, é imperioso que aquela escola seja dotada de um espaço que nunca teve, dedicado à prática desportiva. Isto é, um espaço onde possa existir um pavilhão desportivo. Se olharmos para a realidade da escola, não é única hipótese que ali há, em termos de expansão da escola. Um desses espaços está aqui a ser falado, é naquele terreno que se encontra a sul, entre a escola e a linha do caminho-de-ferro. E daí que, não foi só dialogar entre as partes, foi sentarmo-nos, conversarmos, dialogarmos, procurarmos o entendimento que está aqui traduzido nesse contrato promessa de compra e venda.

No essencial são 4.000 mil metros quadrados de terreno, que a Câmara se dispõe a alienar. A Parque Escolar dispõe-se a adquirir a esses 4.000 metros no valor de cerca de quatrocentos mil euros e serão pagos os duzentos mil euros na assinatura do contrato e os restantes duzentos mil, aquando da escritura. O terreno em causa está em termos de instrumento de planeamento em vigor que é o PUCA, está em zona de equipamento, está respeitado o uso do solo. E esta alienação como consta no contrato está condicionada por um lado ao destino que lhe será dado que é desportivo. Se assim não for, ao haver este incumprimento desta cláusula, o terreno reverte de novo para município. Por outro lado, também prevê, que o município possa vir a dispor depois do pavilhão gratuitamente, de cerca de 20 horas mensais gratuitas para poderem usufruir desse espaço. Penso que está a passar ali a planta, a localização. Portanto a localização tem ali a Escola toda, a Mário Sacramento, e depois a azul, ponteadado a azul, há ali um triângulo. Ao ver esse triângulo, é nesse triângulo pequeno entre a escola e a linha do caminho-de-ferro. O que está aqui assim em causa por parte da administração é a alienação desses 4 mil metros que estão marcados na planta. No que está a azul só. O que está a vermelho já é da Escola. É esse triângulo azul com os quatro mil metros que estão em causa. Qualquer dúvida para eu prestar qualquer esclarecimento, estou naturalmente ao dispor dos Senhores Deputados.”

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁰⁵

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, penso que é do domínio público a posição do PCP, relativamente ao Parque Escolar e àquilo que o Parque Escolar representa e aquilo que tem feito. E se não é conhecido por alguns dos Senhores Deputados, irei pura e simplesmente, porque o PCP já exigiu em sede da Assembleia da República a extinção da empresa.

Portanto temos uma posição relativamente à empresa Parque Escolar que é perfeitamente clara. As competências, as funções do Parque Escolar, poderiam perfeitamente continuar aquilo que o Parque Escolar faz, poderia perfeitamente continuar a ser feito pelos Serviços do Ministério, sem os problemas que decorrem da utilização desta empresa. Por enquanto de capitais públicos e na qual o Ministério delegou todos estes programas de requalificação.

A posição do PCP fundamenta-se acima de tudo na opacidade que a Parque Escolar apresenta, relativamente aos seus processos e pelo facto de um número exagerado de operações feitas pelo Parque Escolar tenham sido pela forma de ajuste directo e de não ter sido feitas as necessárias consultas públicas de interessados para a recuperação das obras. Portanto é por demais evidente que o PCP não gosta desta empresa, aliás como outras situações equivalentes e defende inclusive a sua extinção. Esse é um aspecto da questão. O outro aspecto é esta operação em concreto e o que é que representa para a cidade? O que é que representa para o município? E o que é que representa para a comunidade escolar, nomeadamente da Escola Mário Sacramento?

Por razões que não vêm ao caso, conheço bem aquele triângulo, aquele bocadinho, direi apenas porque os meus filhos mais velhos brincaram muitas vezes nesse bocadinho. E é ali um terreno que tem servido para jogo, para actividades lúdicas, mas também é um terreno com alguma dificuldade do ponto de vista do seu enquadramento urbanístico, visto que tem ali uma barreira, aquele viaduto e aquele semi-escondido também é propício a algumas actividades que eu também sei que por lá correm de vez em quando.

Não é fácil dar um destino do ponto de vista urbanístico para aquele terreno. A Câmara tem esta opinião, não é fácil! Portanto o lógico para aquele terreno é de facto a expansão da escola e o aproveitamento da escola desse espaço. Portanto em relação ao destino estamos conversados.

O entendimento perfeito não será em relação ao processo. Por exemplo se a Câmara nos trouxesse aqui uma proposta de alienação para a Escola Mário Sacramento daqueles terrenos teria com certeza o nosso apoio expresso no voto. Dado que, o parceiro do outro lado, merece todas estas reservas, nós não podemos apoiar com o mesmo entusiasmo, aliás, a nossa Comissão dirá isso mesmo. Apesar de me parecer ou nos parecer que os termos do protocolo estão bem defendidos na cláusula de reversão, inclusive a sua utilização. Embora sejam discutíveis as 20 horas. Portanto a Câmara saberá bem porque é que ficaram essas vinte horas, portanto há uma serie de contas, até o preço não nos parece ser um preço desadequado aos objectivos, relativamente ao facto de ser um espaço de equipamento, portanto parece-me compensador. Portanto temos aqui uma situação em que o nosso voto de Parlamento será um voto de abstenção, a não ser que tenham melhores argumentos relativamente a esta moção que passe durante o debate. Portanto esta votação de abstenção tem a ver com aquilo que já explanei.

Deixava apenas a proposta à Câmara, de que procurasse criar naquele Bairro do Liceu, um outro espaço com tabelas, em que fosse possível os jovens que usufruem sem serem alunos da escola daquele espaço, verem um daqueles relvados do Bairro ao lado, dispor de um espaço também, e até melhor porque menos escondido também, para actividades lúdicas e desportivas. Tenho dito.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁰⁶
Vogal Florentino Marques (CDS) ⁰⁰⁷
Vogal Paulo de Jesus (PS) ⁰⁰⁸
Vogal Fernando Marques (PPS/PSD)⁰⁰⁹
Presidente da Mesa:⁰¹⁰
Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰¹¹
Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰¹²
Vogal Nelson Peralta (BE)⁰¹³
Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰¹⁴
Presidente da Mesa ⁰¹⁵
Vogal João Pedro Dias (BE)⁰¹⁶
Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰¹⁷
Vogal Raúl Martins (PS)⁰¹⁸
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰¹⁹
Presidente Mesa ⁰²⁰
Vogal António Salavessa (PCP)⁰²¹
Vogal Nelson Peralta (BE)⁰²²
Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²³
Vogal Raúl Martins (PS)⁰²⁴
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²⁵
Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰²⁶
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“Senhor Presidente. Senhores Deputados esta intervenção tem pouco a ver com o conteúdo em concreto, mas tem a ver com uma questão metodológica. Vários senhores deputados fizeram sugestões “mais horas, menos horas, menos dinheiro, mais dinheiro” e aí foram elas, sugestões às quais o Senhor Presidente nem sequer respondeu. E a questão que eu me coloco, estive aqui a ver acta da deliberação, foi para tentar perceber se os Senhores Vereadores da maioria fizeram estas pertinentes observações na Câmara com o sentido de aumentar o número de horas, de o negócio ser de menos dinheiro, etc., etc., para saber se votaram vencidos nessas propostas e que aquilo que nos vem é o resultado desse debate, porque em termos práticos o que nós temos aqui é um protocolo para aprovar ou para rejeitar.

Quer dizer, o momento dessa discussão, não é este! O momento dessa discussão é na Câmara. E senhores vereadores estão atentos? Fazem este tipo de propostas? Façam-no ao menos com que elas venham reflectidas nas actas, porque eu nas actas vejo zero! Zero!

E portanto hoje, a não ser que nós rejeitemos o protocolo e se faça aqui uma Comissão para sugestões à Câmara, a nossa possibilidade de alteração é também zero. Portanto são jogos florais que os senhores deputados fazem aqui, são jogos florais e não têm a ver com o essencial, porque o tempo certo dessas sugestões que aqui deixaram, já foi! Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

“Muito obrigado. Bem, nenhuma das minhas questões foram respondidas e há uma das questões que eu aqui coloquei, que julgo que foi partilhada por muitos dos deputados aqui que é a questão das vinte horas. Porque é que só vinte horas revertem para a Câmara Municipal,

isso nem sequer dá uma hora por dia, julgo que é bastante pouco. E devo recordar que o preço a que a Câmara está a vender é por parte do pressuposto que aquilo a que vende vai ter serviço público, vai ter usufruto público. Portanto julgo que de facto vinte horas é manifestamente pouco! E julgo que a Câmara também deve esclarecer quanto é que a escola irá pagar de renda depois à Parque Escolar. E uma outra questão que envolve a política geral, porque esta operação não pode ser desligada da política educativa desta Câmara Municipal e era saber de facto e julgo que é uma pergunta séria e uma pergunta séria exige uma resposta séria e a sério. E é exactamente saber se aquele concurso público que foi aberto há vários anos, que apenas uma empresa concorreu, em que situação está, se foi avante ou não? Se essa parceria pública ou privada que envolve escolas e estacionamento está ou não está em andamento ou se foi cancelada ou qual é a situação? Obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

“Era só acrescentar, porque também tinha feito uma pergunta muito concreta, que era também em relação às vinte horas mensais, que era muito simples: era saber se a auditoria a essas vinte horas, a Câmara vai subalugar ou vai ter algum preço para que os aveirenses em geral possam utilizar aquele espaço?”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Era só para dizer que realmente o Grupo Parlamentar do CDS/PP está de acordo e vai votar favoravelmente esta proposta da Câmara. E em relação à questão que se tem estado aqui a levantar das diversas sugestões que esta Assembleia tem sugerido, eu penso que essa situação poderá ser atempadamente e validada ainda pela autarquia, em virtude de ainda estarmos a falar apenas de uma minuta do contrato promessa, de umas minutas do protocolo, situações que quando se puser realmente a efectivação do negócio, essa situação poderá ser salvaguardada, depois realmente das sugestões que aqui foram dadas. Era só isso Senhor Presidente. Obrigado.”

Presidente de Mesa[033](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

“Relativamente às palavras do Senhor Presidente, em relação à avaliação este é um pedido reiterado. Sempre que a Câmara Municipal aliena o seu património, quando acompanha informação, deve vir o parecer dos técnicos. Portanto deve fazê-lo também nesta situação, apesar de todos os benefícios que este processo traz ao município, que já repetimos, é uma questão de procedimento, de lisura no procedimento, pondo a informação a quem tem que decidir a alienação de um património que é do município. Portanto isso já foi repetido sobre várias alienações do património ao longo deste mandato e portanto não queria deixar outra vez de repetir essa nota.”

Presidente da Mesa[035](#)

Vogal Raúl Martins (PS) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[036](#)

“Senhor Presidente de facto este negócio podia ter sido visto de outra maneira. Penso que os aveirenses ficariam a ganhar muito mais com a possibilidade de utilização num espaço do pavilhão, aquela zona não é propriamente um polidesportivo aberto — podiam ter essa hipótese! E podia também ser feito o negócio no sentido dos custos que pudessem ser cobrados à Escola Mário Sacramento serem muito inferior. De facto os dinheiros, quatrocentos mil euros virão ou não virão conforme diz o Senhor Deputado António Coimbra, é óbvio que

entretanto pode ser que seja o Sr. Dr. Eduardo Catroga a nomear e então vai ser tudo gente competente e bons pagadores, principalmente se for aquele círculo do Vale da Coelha (é tudo gente boa) e esperemos que entretanto e com isso iremos estar todos satisfeitos. Da maneira que as coisas correm o PSD certamente ganhará de longe as próximas eleições, portanto poderá então escolher os competentes gestores para o Parque Escolar e pessoas que honrarão os seus compromissos, contrariamente a esses malfeitores desses socialistas (não sei se são nem se não, não conheço nenhum) que lá estão.”

Presidente da Mesa⁰³⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

“Bom, eu acho engraçado. Eu acho que já está enraizado e isto eu acho que é um mal, que os gestores têm de ser gente de confiança política e não gente de confiança técnica. E eu espero, que o PSD, quando estiver no Governo possa fazer esta diferença, de que realmente não têm que ser mais boys, porque de boys o país já está cheio, principalmente destes boys do Partido Socialista. Mas eu compreendo que esta motivação do Partido Socialista em relação a que realmente vêm uns boys e vão outros boys! Não têm que vir. Olhe se os seus boys forem bons, espero que continuem lá! Agora aquilo que nós verificamos em relação a esta empresa é que os boys infelizmente são maus. Isso é que me preocupa, porque se fossem bons deixa-os ficar por lá.

Quanto ao contrato promessa que nos é pedido para nós darmos o nosso parecer nesta Assembleia, posso dizer que em relação ao Partido Social Democrata, nós não temos nada a obstar pelas declarações que já fiz há bocadinho, acerca do contrato promessa.

Aquilo que sugerimos é que seja construído o polidesportivo do lado de lá da avenida 25 de Abril, já que tivemos o consentimento do Senhor Presidente da Câmara quanto a esse assunto. E também aquilo que sugerimos não só nós, mas também outros aqui desta Assembleia, que o protocolo a celebrar contemple mais horas e faça com que haja uma continuidade de utilização por parte das nossas Associações ao novo equipamento desportivo que vai ser criado, que é o pavilhão.

E por isso isto também nada tem a ver com este contrato programa que estamos aqui a aprovar e por isso nós daremos o nosso apoio e o nosso voto favorável a esta proposta que Câmara Municipal nos traz. Muito obrigado.”

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰³⁹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴¹

“Mais duas ou três questões. Quanto é que a escola vai pagar de renda? Se abrem do novo concurso para a obra, a obra de requalificação toda? Uma coisa sei, nós não iremos pagar esses custos. Irão ser acertados entre o Ministério da Educação, a DREC, e entre Parque Escolar, por todos menos nós. Portanto, ao escolher o município de certeza que escolheu das quatro partes a parte menos indicada para responder — têm que ser os outros a dar-lhe essa resposta.

Quanto às vinte horas mensais gratuitas. Enfim, nós não podíamos era trazer aqui o contrato com um espaço em branco como é evidente, tinha que ter uma hora. E à partida se tem uma hora é sempre questionável, porquê aquela hora, porque é que não se será outra hora? Bem, foi esta porque aquilo que conseguimos na negociação obter. Não imaginam a partir do momento em que fazemos uma avaliação com fundamento técnico e com determinados valores, acrescer a esses valores que temos que pagar, ainda conseguir que eles se disponibilizem gratuitamente mais as vinte horas, não foi fácil. Foi possível com a negociação. O espaço será

para a comunidade, para ser usufruída pela comunidade aveirense nos termos e nas exactas condições que o município quer assumir. A Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador do município, naturalmente que irá acompanhar esse processo, que em tempo oportuno irá transmitir ao município essas recomendações. Por último permitam-me só uma nota para defesa talvez mais pessoal que tem a ver com a Parque Escolar. Temos obtido da parte da Parque Escolar a melhor atenção o melhor respeito e a maior cordialidade. Naturalmente que tenho o dever de enaltecer essa atitude muito nobre de colaboração para com o município de Aveiro.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 2- Alienação à Parque Escolar, EPE, de terreno destinado a reforçar os espaços desportivos da Escola Mário Sacramento, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁴² com trinta e sete votos a favor (PSD19+CDS7+PS10+IND1), quatro abstenções (PS1+BE2+PCP1), e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de votos dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁴³

“A abstenção do PCP radica por um lado no juízo fortemente negativo que fazemos relativamente ao papel e actuação da empresa Parque Escolar. Papel que deveria ser cumprido de forma eficaz e transparente pela Administração pública, designadamente o Ministério da Educação. Erradica por outro lado, na consideração de que os termos gerais do acordo são positivos na perspectiva de Aveiro e dos aveirenses.”

Vogal Nelson Peralta (BE):⁰⁴⁴

“O BE considera este investimento público essencial porque gera emprego e porque gera melhor qualidade de vida. Consideramos que a escola pública e o investimento na escola pública é essencial para o desenvolvimento do país e para aumentar a igualdade. Consideramos contudo que deste protocolo sai um retorno público bastante pequeno para a Câmara Municipal e para a comunidade (julgamos que devia ser maior) e mais relevante, consideramos que entregar este negócio e estas obras ao Parque Escolar é errado, uma vez que a empresa se tem mostrado desqualificada no que faz e que se mostra como um autêntico e um enorme sugadouro de dinheiros públicos. Por este motivo o BE optou pela abstenção. Muito obrigado.”

PONTO 3. – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E A PARQUE ESCOLAR, EPE, DOS PRÉDIOS URBANOS QUE INCLUI O EDIFÍCIO DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE AVEIRO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07/04/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio, que nesta reunião tiveram alguns problemas)

O Presidente da Câmara usou da palavra para fazer a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: ⁰⁴⁵

“Senhores Deputados, em análise estão então nesta Assembleia o protocolo de quatro entidades. Permitam-me o enquadramento, o necessário enquadramento. Nós tínhamos há cinco anos dois problemas graves em relação ao Conservatório.

Primeiro problema, a necessidade e a urgência de realizar profundas obras de requalificação em todo o edificado. Ele foi inaugurado a 30 de Março de 1971, já lá vão mais de 40 anos que já tem e naturalmente está a precisar já há alguns anos de uma intervenção profunda. O problema era, era preciso dinheiro para toda essa requalificação e muito dinheiro.

O segundo problema de outra natureza, mas eventualmente de maior dificuldade para ser ultrapassado, tinha a ver com o respeito ou não, que o município estaria a ter no cumprimento do protocolo de cedência, que permitiu ficar na posse daquele e edifício em 1985. Os anteriores responsáveis do Conservatório, como a anterior direcção, foi de entendimento que o município não estava a cumprir como protocolado e por duas razões: o espaço que existia a ACAV, Associação de Arte e cultura de Aveiro, que estava lá sediado (e sempre esteve) e tinha também lá um infantário e sempre teve. Mas esses responsáveis entendiam que a existência do funcionamento dessas duas estruturas, desses dois edifícios, dessas duas instituições, daquele espaço, desrespeitava, fracturava, e que tinha sido esse acordo quebrado pelo município. Nós não tínhamos esse entendimento, tínhamos o entendimento que estávamos a respeitar integralmente aquilo que foi o objecto da doação feito ao município. Mas como estas partes naturalmente é legítimo que cada uma tenha o seu pensamento ou raciocínio, o processo acabou por ser colocado em Tribunal pela própria Fundação, alegando que não estaria a respeitar esse objecto, dessa cedência realizada em 1985. Bem estava aqui encontrada uma saída para este processo. E a saída encontrada foi esta que está aqui produzida neste protocolo celebrado pelos quatro. O essencial é isto: a Câmara doa ao Ministério da Educação, já há uma diferença substantiva em relação ao primeiro, a doação é feita ao Ministério da Educação, em que se doa todo o edificado daquela zona que está ali em causa e o Ministério da Educação, depois, através da Parque Escolar, obriga-se a efectuar todas as obras de requalificação necessárias e a suportar os respectivos custos.

Por outro lado neste protocolo também está, em acréscimo, o facto, do Ministério da Educação que obriga a manter o cumprimento do protocolo celebrado em 1985. Mantém-se tudo perfeitamente válido em relação ao que estava em 1985. Há também aqui, está prevista a requalificação que está situação daquele edifício mais degradado onde estava a CERCIAV, que vai ser requalificado e irá funcionar como parte administrativa de apoio a toda a instituição.

É no geral nisto que este protocolo consta foi entre as quatro partes, entre o Ministério da Educação, entre a Fundação, entre o município de Aveiro e a Parque Escolar, é isto que aqui está.

Agradecer a todas essas entidades. Uma vez mais como disse há pouco, uma permanente disponibilidade que permitiu encontrar esta solução. Também relembrar aqui, esta a minha homenagem, às pessoas que em 1970, em Aveiro, aos aveirenses que em 1970 criaram o então Conservatório Nacional de Aveiro. É também uma homenagem a essas pessoas que tiveram um papel decisivo, construíram uma parte da história do nosso município, e que agora vão dar-lhe continuidade. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁴⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa ⁰⁴⁷

Presidente da Mesa⁰⁴⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos nos termos regimentais, por cinco minutos.⁰⁵⁰

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

“Muito obrigado. Apenas para corrigir a informação que dei há pouco. Nas negociações que houve o espírito foi sempre este. Fazer a doação ao Ministério que podia depois por sua vez fazer a doação para a Parque Escolar. Porque a Parque Escolar para executar a obra tem de ser legalmente a titular do terreno. Nessa correcção feita com as diversas entidades há esta alteração como forma de ganhar tempo. Está toda a gente à espera que se resolva para assinar o protocolo e rapidamente o processo seja resolvido. O que aconteceu e que está aqui na cláusula primeira foi a forma de dar celeridade. Isto é, o Ministério da Educação é que tutela esta área, tutela aquela empresa e dessa forma ganha-se eficiência. Na cláusula primeira a Primeira Outorgante doa à Quarta Outorgante - entidade pública tutelada pela Segunda outorgante, que tem de assinar este Contrato a aceitar. E a cláusula terceira fala que a Segunda e Quarta Outorgantes aceitam a doação. A cláusula quinta volta a repetir que a Segunda e Quarta aceitam a doação do prédio. Portanto houve aqui sempre a intenção de amarrar sempre o Ministério da Educação e de responsabilizá-lo e envolvê-lo em relação a este processo. O não cumprimento de estas cláusulas pelos signatários envolvidos neste protocolo tem como primeiro responsável pelo não cumprimento, porque tutela as outras entidades, é o Ministério da Educação. Por isso também reafirmar o que disse há pouco. Este processo inclusive já teve data marcada para assinatura do protocolo, dada a urgência em que há em ser resolvido este processo muito, muito... com a complexidade que tem, se tiver de sair e voltar a ser agendado, e depois voltar a vir cá, penso que podemos perder aqui em Aveiro a oportunidade de poder ter aquelas obras realizadas e de ter seis milhões de euros investidos, na requalificação daquele espaço.

Por isso, eu apelava à Assembleia independentemente dessas diferenças, que as ultrapassasse, e pudesse aprovar este documento de forma a poder garantir com celeridade e dentro de poucos dias, que esteja protocolo assinado, com a celeridade possível, para que ele possa depois ter a continuação que todos nós desejamos.”

Continuando, inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos agora no lado lunar. Há pouco estávamos cheios de vontade de sustentar a proposta da Câmara e de fazer com que ela vingasse, neste momento o sentimento é literalmente o oposto e porquê? Porque aquilo que temos agora, não é que a Câmara aliene um pedaço de terreno para nele ser feito qualquer coisa, mas que a Câmara aliene uma parte substancial e significativa do seu património, por nem sequer por um prato de lentilhas! Nem sequer por um prato de lentilhas! Portanto é de facto uma alienação pura e dura, por doação. Já custou alguma coisa ao município apesar de ter sido recebida também como cedência e como doação ao longo destes anos. Com certeza que a Câmara Municipal, os aveirenses, já investiram alguma coisa naquele espaço, no Conservatório.

Portanto a alienação pura e dura para a Parque Escolar — e é disso que estamos a falar. Parque Escolar, cada vez que eu disser Parque Expo, já sabem que quer dizer Parque Escolar.

É apenas um lapso de língua e diz muito bem. Diz muito bem, ok. Ora é o saudosismo se calhar, tem a ver com outras histórias mais antigas. Então Parque Escolar, a alienação a custo zero, nem por um prato de lentilhas, para uma entidade que ainda há pouco nos pagou ou nos irá pagar quatrocentos mil euros por aquele pedaço de terreno ali da Escola. É muito triste que a justificação radique na incapacidade da Câmara em fazer obras e manter aquilo como propriedade sua. Não tenho, mas era a mesma coisa que eu ter uma casa e, por a casa estar a atingir um estado de degradação, eu dar aquilo a um empreiteiro!? Olhe, tome lá, já não posso fazer nada da casa, fique lá com a casa. Ora, ninguém faz isto na vida, é evidente. Ninguém faz isto na vida. O que é que nós fazemos? “Olhe fique lá com a casa, faça lá um prédio maior e dê-me cá uma parcela em propriedade e o resto fica para si.”

Quem não tem dinheiro pode fazer uma obra chegando a um acordo com o empreiteiro desta maneira. Aliás, a Câmara também faz negócios destes. Portanto parece-me muito pouco salvaguardado o interesse municipal neste negócio. Tanto mais que, dessa cedência, resultam problemas para a Câmara. E se é verdade que o Ministério da Educação assume para si o acolhimento da Associação Cultural que está nas instalações do Conservatório, curiosamente o Ministério da Educação não assume para si as instalações dos jardins-de-infância que a Câmara tem que deixar até Julho. É isso tanto quanto parece ser a realidade.

Ora, oh Senhor Presidente, com toda a franqueza, então a Parque Escolar, que até está, habilitada para as construções escolares, na contrapartida desta cedência não era pelo menos que a Parque Escolar criasse os dois novos jardins-de-infância em terreno cedido pela Câmara? Porque não? Não se lembraram? Senhor Presidente é por este conjunto de circunstâncias que o nosso voto será necessariamente diferente do anterior.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁵⁵

Vogal Paulo Marques (PPS/PSD)⁰⁵⁶

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁵⁷

Presidente da Mesa⁰⁵⁸

Vogal Maria Inês Mineiro (CDS)⁰⁵⁹

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁶⁰

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁶¹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁶²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁶³

Vogal Paulo Marques (PS)⁰⁶⁴

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁶⁵

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁶⁶

Vogal Pedro Pires Rosa (PS)⁰⁶⁷

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁸

“Duas palavras muito breves e a primeira para dizer que, de facto eu também sou das pessoas que considera este um bom protocolo, que envolve várias entidades e sobretudo que resolve diferendos antigos, como já foi aqui muito bem escarpelizado em intervenções anteriores.

Não há dúvida nenhuma que é uma boa solução, que há que saudar, independentemente de alguma consideração do ponto de vista da forma ou da letra do próprio protocolo poder causar aqui alguma estranheza.

Eu não sou jurista, tenho alguma dificuldade, sinceramente, em poder ir ao detalhe em profundidade. Mas a mim o que me interessa enquanto município é de facto o que está em causa. E o que está em causa e aquilo que está protocolado de facto, não me parece colidir minimamente com a real vontade do município — e é uma coisa boa. É uma coisa boa para a cidade. Portanto o meu voto muito claro a favor deste protocolo. De facto traduz aqui assim até uma imaginação bastante grande, no sentido de resolver um problema que de facto é muito antigo.

Eu devo-lhes que eu também já fui membro da ACAV e esses problemas vêm de há muito tempo! E em boa hora nós vamos conseguir resolvê-los ou essas entidades vão ter uma solução para o seu problema. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁶⁹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁷⁰

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁷¹

Presidente da Mesa⁰⁷²

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁷³

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰⁷⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁷⁵

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁷⁶

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁷⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁸

“Muito obrigado. Senhor Presidente é um facto que realmente não estivesse esta Câmara tão endividada e realmente outras oportunidades de financiamento se poderiam propor, não é? Pois é verdade! Mas é que eu não posso mudar de discurso, porque eu gostava muito que a Câmara pudesse estar neste momento em condições de dizer assim: “Nós assumimos as obras daquele edifício, porque é um edifício emblemático, não só porque é um edifício a preservar em Aveiro, como também pela funcionalidade daquele edifício e por todas as funções que tem tido e pela história que tem tido ao longo do tempo.” Infelizmente, ou felizmente nós não somos daqueles que vamos para a frente e depois não tendo dinheiro para pagar, antes pelo contrário, conseguimos encontrar outras soluções, soluções que permitem que a função que aquele edifício sempre teve, possa continuar a ter. Fazer com que aquele edifício possa ser preservado e que o ensino em música em Aveiro possa realmente ter a continuidade que deve ter. E por isso é a constatação! Esta constatação é muito importante que se faça, porque aquilo que é um facto é que o edifício tem estado a ser degradado e não tem havido condições financeiras para poder fazer face a estas despesas. Não há! Não há possibilidade nenhuma de se fazer face a essas despesas.

E aquilo que eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara é se realmente tem uma ideia da estimativa de quanto vai custar a reabilitação daquele edifício? Para nós termos uma ideia de se realmente a Câmara podia, com os condicionamentos que tem, fazer face às despesas que aí viriam e que a Câmara vai ter a oportunidade de não fazer, porque há outros que fazem pela Câmara de Aveiro através deste protocolo.

Uma palavra também para a Fundação Calouste Gulbenkian, porque tem sido muito importante para Aveiro, que realmente esta Fundação tenha investido em Aveiro no Ensino da Música, no ensino das Artes e também que os aveirenses se tenham aproveitado e que por isso este protocolo vai permitir que realmente não haja um hiato, haja sim uma continuidade naquilo que nós achamos que deve existir, é que o ensino da música e o ensino das artes possa ser perpetuado e com a ajuda da Fundação Calouste Gulbenkian e neste momento agora também com a ajuda do Ministério da Educação, através desta empresa, para que isto possa continuar.

E por isso eu espero que a cláusula quarta, onde se diz “que realmente se estes pressupostos não forem cumpridos e se não forem realizados, realmente as obras de reabilitação, que reverte para a Câmara o edifício e que o edifício não podendo ter as obras que realmente merece, possa ter que ser devolvido à Fundação Calouste Gulbenkian. Penso que isso era o pior que podia acontecer ao nosso município — e por isso mais uma vez espero e este protocolo possa vir realmente a ser cumprido por parte do Estado Português. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁷⁹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁸⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁸¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸²

“Senhor Salavessa, quanto à afirmação da alienação pura e dura do nosso património, este nosso terá que ser entre aspas! Como sabe na escritura de doação celebrada em 1985, diz que o edifício se destina a ser ministrado o ensino da música e afins, não podendo ser utilizado para outro fim e que a Câmara se obriga a utilizá-lo com a finalidade indicada pela doadora. É nosso, é nosso entre aspas! Entre aspas.

Quanto ao facto de ser triste que a Câmara não possa fazer as obras e aqui aproveito para responder também ao Prof. Manuel António já, a estimativa do custo das obras situa-se entre os seis a sete milhões de euros. O exemplo que deu da minha casa, não me pareceu muito feliz! É assim, na casa, a gente dá a casa e o outro arranja e fica com a casa. Ali não, é uma escola que está ao dispor dos aveirenses, jovens para a sua formação e eles vão continuar lá a ter a sua formação. A única coisa que muda é que quem suporta os custos é a requalificação.

Quanto ao Nelson Peralta, parece que estamos ali com um empreendimento habitacional de alto gabarito naquela zona. Conforme já ficou claro nós iremos entregar algo que vale 2,9 milhões, com a obrigação de quem fica em ter que gastar seis milhões de euros e manter o finco, o objecto, que está lá.

Quanto aos Instrumentos. Aquilo é e continuará a ser sempre a Escola de música e das artes. Continua a ser ministrado o ensino da música, convirá sempre que os instrumentos estejam lá, quer agora, quer quando decorram as obras, quer no final das obras, não é assim muito conveniente retirá-los para o nosso arquivo. Isto só do BE é que diria uma coisa destas.

Quanto ao Senhor Fernando agradecer-lhe o apelo que fez realismo. Nós queremos, mas não podemos. É o que temos, naturalmente. É mais sério não o fazermos. Nós não podemos gastar seis milhões de euros nas obras, mas as obras são urgentes e têm que ser feitas.

Este processo e o Prof. Manuel António lembrou aqui e muito bem, tem muita analogia com o processo das piscinas do IND. A Câmara tinha o prazer e a honra de dizer – nós estamos a gerir as piscinas do IND, fazíamos depois a cedência aos clubes, e aqui alguma gestão que a Câmara fazia. O problema era quando chegava mensalmente a conta para todos nós pagarmos, E a factura ao fim de uns sete ou oito anos é que nós gerimos as piscinas do IND, as contas são brutais. Custaram-nos muito dinheiro este prazer de poder gerir um espaço. Há cerca de dois anos, três anos trouxemos aqui à Assembleia, penso que esse assunto veio cá. Falámos sobre isso. A gestão passou para quem devia passar, que é o dono, que é o Estado. Está a funcionar lindamente. Havia obras para serem feitas de requalificação. Havia um problema na piscina de infiltrações de água, que tinha custos brutais. Está tudo a funcionar lindamente. Está a comunidade aveirense, estão os clubes aveirenses a fruir daquele espaço sem gastar um cêntimo do erário municipal.

A Dr.^a Ana Maria Seça Neves sabe naturalmente que a Parque Escolar e o Ministério da Educação têm números de contribuinte diferentes, têm contabilidades diferentes.

Mas quando se diz que o Ministério da Educação tutela directamente a Parque Escolar significa que o Ministério manda na Parque Escolar. Nem faria sentido se assim não fosse, que a Senhora Ministra da Educação se disponibilizasse a vir a Aveiro assinar um protocolo com o qual se não fosse assim, não tinha rigorosamente nada a ver. O Ministério da Educação tutela, manda, na Parque Escolar. O Parque Escolar cumpre as directrizes que emanam do Ministério da Educação. E este processo, conforme já aqui foi referido, foi remetido e foi visto pelos serviços jurídicos da Fundação, do Ministério da Educação, da Parque Escolar e também do Departamento Jurídico do município de Aveiro que ainda não foi retalhado. E

tenho a plena certeza, tendo passado por estes crivos todos, que ele (protocolo) está rigorosa e legalmente correcta.

O Dr. Paulo Jesus colocou aqui uma questão interessante. Tem a ver com a questão que decorre em Tribunal e convirá perguntar aqui, fazer essa pergunta que fez muito bem feita: e se (pode acontecer, o processo está em Tribunal, o Tribunal vai decidir) o Tribunal decidir que a Câmara tem que fazer a reversão do equipamento todo para a Fundação? Se não cumprir o que é que vai acontecer? Vamos imaginar que isto acontece. É um cenário perfeitamente plausível, poder haver essa deliberação. O que é que vai acontecer com isto? Reverte para a Fundação. Está a Fundação disponível para gastar seis milhões de euros na requalificação do edifício? Ou será, se assim for, acabamos todos por prestar um mau serviço a Aveiro e acabamos por criar aqui um problema com isto, se este protocolo não for aprovado. Penso que é mais sensato, mais sábio, exige mais sageza nós aprovarmos este protocolo. De outra forma penso que poderemos ficar em termos de hipótese, todos muito mal.

Quanto ao problema da ACAV, nós sempre defendemos neste processo de forma intransigente, de forma firme, fizemos sempre a defesa da ACAV. Sempre assumimos que, e está no espírito da doação, está no espírito dos doadores e de quem recebeu, que a ACAV lá estivesse. Defendemos intransigentemente isso e continuamos a defender a ACAV nesse processo. Tanto que há uma carta neste processo, há uma carta do Ministério da Educação, da Senhora Ministra à Fundação e daí também este tutelar por parte da Senhora Ministra, há uma carta à Fundação a assumir a responsabilidade do assunto da ACAV. Quem vai resolver a ACAV, é assumido pela Senhora Ministra é o Ministério da Educação que resolve essa questão.

Quanto às garantias em termos arquitectónicos, não tenho nenhuma dúvida, que ele será naturalmente preservado na sua originalidade.

A estimativa de custos já está, portanto seis, sete milhões que estão em causa. E uma nota de muito agradecimento a todas as entidades envolvidas, para não estar a ser aqui redundante, já foram aqui referidas, mas de uma forma especial aos actuais dirigentes do Conservatório, ao seu actual Director, que tiveram uma parte muito importante, uma parte decisiva na solução deste assunto. Esta nota também.

Esta opção que foi feita por este caminho tem a ver naturalmente com a questão financeira do município, mas também tem a ver com aquela filosofia que procuramos imprimir. O município tem que perder aquela veleidade, tem que ser dono de tudo, que tem que mandar em tudo, porque depois tem custos brutais. E o que está a acontecer aqui, já aconteceu no IND e espero que acontecesse em mais áreas, de forma a tentar que os equipamentos continuem a ser fruídos por todos os aveirenses, mas de forma a que o município, nós todos, porque os munícipes aveirenses não tenham que suportar custos adicionais com isso.

Em síntese e em termos finais, estamos convictos que quem ganha com este protocolo é toda a comunidade aveirense. Primeiro resolvemos um problema quer está em Tribunal e que tem consequências imprevisíveis. Garantimos a requalificação, a valorização daquele espaço. Não gastamos do erário municipal um cêntimo daqueles seis ou sete milhões que são necessários para requalificar esse espaço. Garantimos com este protocolo que o fim, que o objecto, que presidiu à doação, que presidiu aos fundadores permanece e irá continuar. Garantimos que Aveiro vai ter no seu Conservatório, um edifício novo, moderno e funcional ao serviço dos jovens e ao serviço da música e das artes. Como dizia a Dr.^a Ângela há pouco, um edifício com arte, onde a arte acontece. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[083](#)

“Senhor Presidente, senhores Deputados, com este tipo de soluções ou melhor este tipo de soluções é algo com que o PCP não concorda. Não concorda, dada a natureza da entidade a quem a doação é feita. E não é por essa via que se salvaguarda o ensino da música, nem a

escola pública. Eu diria mesmo mais, com a desvalorização que o ensino da música tem tido sucessivamente por parte do Governo, não será de espantar que o caminho que esteja aí mais à frente seja a da entrega daquelas instalações a uma entidade qualquer que faça a exploração do ensino da música, porque em ponto nenhum do protocolo está salvaguardada a natureza pública do ensino que lá vier a ser ministrado. Portanto numa curva qualquer da estrada, em qualquer PEC pode vir a acontecer uma coisa dessas.

Depois Senhor Presidente e Senhores deputados, eu tenho muitas dúvidas, que a Direcção da escola apoie de pleno coração uma solução (que me corrijam se eu estiver enganado ou que me digam o contrário) que apoiem uma solução em que, de facto, são criadas novas instalações, mas que depois que a escola tem que ficar a pagar €1.65 euros de aluguer por metro quadrado de construção, que é aquilo que normalmente (por mês) acontece com as escolas que são intervencionadas pela Parque Escolar.

Portanto o que ficar com esse encargo mensal, será certamente em detrimento da qualidade do serviço que é prestado, de dificuldades em muitas outras áreas. Portanto, eu percebo que há falta de alternativas visíveis a escola diz ok, sim senhor, mas que seja do fundo do coração a solução ideal, não me parece que eles a vejam dessa forma.

Depois Senhor Presidente, senhores deputados não se iludam! Não se iludam. O facto de ser Parque Escolar não quer dizer garantia de qualidade nem de boas soluções. Eu estou numa escola (a leccionar) que foi recentemente inaugurada, construída pela Parque Escolar e dir-vos-ei só à laia de breve informação, que este inverno chuvoso foi particularmente sentido, no piso mais alto com infiltrações por todo o lado. Por todo o lado. Ok pronto.

E que as soluções construtivas e termos de fachada, de janelas, beirados etc., indicadas para norte foram feitas a sul e vice-versa. Portanto aquilo que é ensolarado teve a solução construtiva da sombra e vice-versa. Atenção que Parque Escolar não é sinónimo de qualidade ok? Pronto.

Depois nós temos isto por falta de opções na Câmara ou por opções da Câmara. Quando a Câmara opta por investir no centro de alto rendimento de surf, não investe no ensino, na preservação deste património para o ensino da música. Portanto são opções municipais.

Mas quanto a financiamento, oh senhores deputados, uma breve pesquisa, enquanto vos ouvia com atenção e ouvia a Câmara com atenção, eu cheguei ao Conservatório de música de Santarém, que fez obras no valor de um milhão de euros, obras da Câmara Municipal de Santarém participadas em 80% do QREN e que a escola de música de Braga fez obras de 2,3 milhões de euros, 80% do QREN, obra da Câmara Municipal de Braga.

Ora temos autarquias que souberam candidatar as suas escolas na área das artes aos fundos comunitários e que tiveram apoios por isso. A Câmara Municipal não conseguiu “shameful you.” Está mal! Não é assim! Não é assim!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, por fim, não foi salvaguardado mesmo nos termos do acordo o interesse do município! O Senhor Presidente não disse o que é que vai acontecer aos dois jardins-de-infância que ali estão? Diga lá se estava correcto ou não estava, se era viável ou não, como contrapartida colocar à Parque Escolar a construção das duas unidades.

Acesso ao espaço. Ó Senhor Presidente, na Câmara preocuparam-se com vinte horas de acesso ao pavilhão! Quantas horas teremos de acesso às instalações, ao auditório, às instalações que venham a ser construídas nas novas instalações do auditório? Quantas horas Senhor Presidente? Zero. Zero.

Portanto não há contrapartidas que poderiam perfeitamente ser negociadas. Por este conjunto de razões, entendo que esta Assembleia deveria rejeitar este protocolo. Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁴

“Boa noite. Eu julgo que neste estado da discussão que há uma conclusão clara para todos. Este executivo municipal e o Senhor Presidente de Câmara, não têm unhas para tocar

guitarra. E é por isso que estão a vender não só as guitarras, como os clarinetes, como todos os instrumentos. A vender não. Desculpem! A dar ao Parque Escolar – que é completamente inédito.

Mas o Senhor Presidente diz-nos que a única coisa que mudava com esta operação era quem recupera o imóvel, é mentira. Não é assim. Sabemos muito bem que altera quem é o proprietário do imóvel. Altera que a partir de agora é preciso pagar uma renda. Não sabemos muito bem se é o Ministério da Educação, se são as crianças que lá vão estudar, se será a Câmara Municipal? Nada nos foi dito.

Sabemos também que vai ter um futuro incerto. Como eu disse há pouco esta empresa pública tem dois mil milhões de euros de dívidas. E todo o seu património é usado como garantia bancária. Portanto sejamos bastante claros. Quando entregamos o Conservatório à Parque Escolar, o Conservatório antes de mais, ainda não foi assentado um tijolo e vai passar a ser uma garantia bancária. Se a Parque Escolar falhar, isto poderá ser vendido por exemplo. Nada nos garante, que não possa ser garantido a entidades privadas até porque nós sabemos qual é o objectivo da Parque Escolar.

Por isso julgo que de facto esta Câmara Municipal como eu disse não tem unhas para gerir estas questões municipais. De tal forma que aquilo que poderia aproveitar no QREN e outros fundos europeus e nacionais, não os usa para recuperar isto. A sua solução é demitir-se das suas responsabilidades. A sua solução é “ah, não podemos fazer nada, entregamos isto a quem faça.” Sendo que entregam isto a quem faz e sabe-se que não é confiável. Seja pelo futuro incerto do imóvel, seja, nos inúmeros exemplos que o Salavessa deu, mas como os inúmeros exemplos de erros arquitectónicos gravíssimos de desajuste completo das obras às necessidades.

E é pela importância do Conservatório e pela necessidade que o concelho tem do ensino artístico e musical e porque consideramos que o Estado é decisivo nesse papel, que não poderemos dar o nosso aval a este mau negócio para Aveiro. Onde é dado algo a troco de absolutamente nada. E onde se compromete o futuro do ensino musical de forma mais pública em Aveiro.

Portanto, não podem de facto contar com o nosso aval para um negócio que lesa Aveiro, lesa o município e que prejudica os munícipes. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁸⁵

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰⁸⁶

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸⁷

“Lamento que o executivo não tenha de facto reflectido sobre esta empresa e tendo em conta que vai doar um imóvel, devia ter pensado melhor a quem é que está a doar esse imóvel. Também registo a propósito disto, que o PS não é de confiança. Por uma razão muito simples: nós vimos o Eng.º Sócrates a dizer “vejam lá o que é que nós não vamos fazer.” Enquanto diz que não vai privatizar a Caixa Geral de Depósitos, vai vender os seguros que são dos maiores activos da Caixa Geral de Depósitos. Portanto em matéria de privatização, nós sabemos que é que podemos contar com o PS.

Outra questão que eu gostava de desmistificar era em relação à incapacidade da autarquia poder acudir às necessidades do Conservatório.

Ora a obra está apontada para os seis milhões de euros. Como já foi dito podiam ter recorrido a fundos do QREN 80%. Isso dava tão simplesmente que a autarquia teria de entrar com 1,2 milhões de euros. E vão dizer é muito dinheiro, não dá, etc., etc., É muito simples: em Dezembro de 2009, quando a autarquia decidiu adquirir um terreno em São Jacinto por 1,5 milhões de euros, um terreno que estava no Fundo de Estabilidade Financeira ou Fundo Financeiro da Segurança Social, adquiriu um terreno por 1,5 milhões de euros que estava avaliado em 440 mil euros, por 3 vezes o preço, para um investimento para quê? Para nada.

Portanto bastava transferir as verbas desse investimento para aqui, e tinha investimento em educação e podia ter acolhido às necessidades do Conservatório.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁸⁸

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁸⁹

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁹⁰

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁹¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁹²

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁹³

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁹⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁹⁵

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁹⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Uma nota antes de ir ao assunto que me fez pedir a palavra. Toda a gente aqui tem posto como papão o problema das adjudicações directas. E consideram (toda a gente) que às adjudicações directas são para as empresas públicas, para o Estado, para quem quer que seja, a fonte de todos os males!? Quando há uma adjudicação directa, há corrupção, e há não sei quantas mais.

Eu gostaria de dizer que, as maiores corrupções neste momento que têm sido demonstradas no nosso país não são em processos de adjudicação directa — são em processos de concurso, em processos de concurso.

Portanto o BE, com aquela visão que tem, enfim, a teoria da conspiração, que está imanente a tudo, tudo, para nós não vale. O Sr. Dr. Deputado Paulo Marques introduziu aqui uma nova maneira, interessante maneira de resolver a crise. Nós já tínhamos a maneira do Partido Comunista. E o Partido Comunista diz: os ricos que paguem a crise. Já tínhamos a solução do BE que quer que os bancos paguem a crise. E agora perante a situação financeira, umas situações financeiras de crise, o Senhor Deputado Paulo Marques diz: o Estado, o Governo que pague a crise.

Nós largamos isto e vocês resolvam lá essa crise. É óptimo! Eu acho que é óptimo! É uma solução que até lhe fica bem. Não sei é se está bem enquadrada politicamente está a ver?

Os bancos, o Estado, enfim, é complicado porque o que eu tenho ouvido, a ideia pelo menos que eu tenho política do CDS/PP é efectivamente a não participação do Estado nessas coisas. Agora o Senhor diz: – não, não, o Estado que resolva. Nós safamo-nos disto e o Estado que resolva. Enfim, parece que não está dentro vá lá das ideias políticos, mas saberá melhor disso do que eu.

Uma nota sobre esta situação. Toda a gente fala aqui que vão ser feitas obras, têm que ser feitas obrigatoriamente obras no valor de 5 ou 6 milhões de euros. Mas o que eu queria perguntar é: isso está escrito em algum lado? É que de facto, é que muito sinceramente meus amigos eu estou aqui a ser se calhar até um bocado injusto, mas eu não me acredito pessoalmente que vão ser feitas lá algumas obras. Com a actual situação política ou económica vão ser feitas algumas obras? A única coisa que vai acontecer ali, se for feita alguma coisa, eu depois cá estarei para me redimir, mas a única coisa que vai acontecer já é um prejuízo para a Câmara de Aveiro, igual ao valor que até ao momento este imóvel estava inscrito no património municipal. Isso é que vai acontecer para aumentar ao prejuízo dos 14 milhões de euros que a Câmara deu o ano passado, que por acaso se junta ao prejuízo de 21 milhões de euros, que deu no ano anterior. Esta tal Câmara de alta gestão e de alta capacidade e não sei quantas mais (ouvem-se vozes) Esperemos que aqui o processo não seja devido à dívida anterior, porque de facto estamos a falar de resultados de exercício e não estamos a falar de dívida! De dívida! A dívida de facto, como muito bem lembrou o meu colega de bancada e como eu já disse na reunião anterior, tem atingido o recorde. O recorde — tem batido sucessivos recordes! E pese embora alguns deputados que aqui sustentam o executivo

tenham dito que há uma redução de 40 milhões e de 50 milhões e de 20 milhões e de 10 milhões, o que é certo e essa é que é a verdade absoluta — a dívida da Câmara de Aveiro nunca foi tão grande como é hoje.

A dívida que foi herdada era mais pequena do que era hoje. E se não se acreditam perguntem ali ao vosso vereador das finanças, ou à ex-Vereadora das finanças, que ela certamente terá todo o prazer de vos informar dessa matéria.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁹⁷

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁹⁸

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁹⁹

“Eu tive algumas cautelas na primeira intervenção que fiz relativamente à história que tem acompanhado o Conservatório e nomeadamente a requalificação nos últimos anos.

Mas algumas afirmações na intervenção do Senhor Presidente da Câmara obrigam-me a falar novamente sobre essa questão. Nomeadamente, quando diz que esta solução resolve um problema de um processo que está em Tribunal! Isto levanta questões de paternidade que às vezes são difíceis de resolver. Mas hoje em dia com o teste de ADN já se resolvem com alguma facilidade. Sobre a questão da paternidade, da opção de não recorrer a fundos do QREN para fazer esta requalificação, vários colegas da minha bancada, colegas de outras bancadas já comprovaram claramente que essa foi uma opção que a Câmara não tomou e portanto chegámos a esta situação.

Sobre a solução que agora nos apresenta, é preciso fazer então história com um pouco mais de detalhe. A Câmara aparentemente (do que se sabe e do que é público) a dado momento é intimada pela Fundação Calouste Gulbenkian para resolver um problema de ocupação do edifício. A Fundação Calouste Gulbenkian faz isto num momento em que a Parque Escolar já procede à requalificação de edifícios no país, nomeadamente Conservatórios de Música. Se a Câmara Municipal nesse momento preconizasse esta solução e entendendo que a Fundação Calouste Gulbenkian não põe normalmente entidades em Tribunal por falta de diálogo ou por não querer dialogar com essas entidades, se a Câmara preconizasse esta solução, na altura teria dialogado com a Fundação Calouste Gulbenkian e teria resolvido o problema do processo entrar em Tribunal — e o processo não entraria em Tribunal.

Ora já numa fase em que é confrontada com esse risco, felizmente entidades como a Direcção do Conservatório de Música de Aveiro e como o Ministério da Educação encontram uma solução para requalificar um projecto que novamente reafirmamos, classificamos de muita relevância e importância para o Concelho, e se encontre esta solução já no limite, como o Senhor Presidente diz – “temos de aprovar nesta Assembleia Municipal, correndo sérios riscos desta solução já não ser viável.”

E portanto, convém repor um pouco a história em termos da paternidade, como é que se chega a esta solução? E portanto salva-se um projecto por sobretudo o trabalho de entidades que não foram da Câmara Municipal de Aveiro.

O Deputado Manuel António Coimbra, na última intervenção que fez, penso, que em resposta a um pedido de esclarecimento, teve uma afirmação que me deixou perplexo. Diz o Senhor deputado que a Câmara Municipal de Aveiro não tem de ser dona de todos os equipamentos, quando existem outras entidades que podem fazer melhor. Depois do Senhor deputado há poucas horas ter chamado quase de maus feitores todas as pessoas que estão envolvidas na Parque Escolar, vem agora dizer que vão gerir melhor este património!? O que eu lhe pedia é que em nome de alguma seriedade reformulasse essas afirmações. Porque essas informações estão gravadas e são gravosas, mais uma vez para a vida política e para o país.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)¹⁰⁰

Vogal Raúl Martins (PS)¹⁰¹

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰²

“Bem, o que o Manuel António Coimbra nos diz, é que a Câmara Municipal não ia gerir aquilo bem, portanto entrega a quem gere bem. Basicamente o que repete é que a Câmara não tem unhas para tocar guitarra! Mas a minha pergunta é muito simples: explique-me lá como é que a Parque Escolar pode ser essa entidade que gere melhor o Conservatório, se é uma entidade preparada para gerir e construir escolas secundárias! Escolas secundárias, não têm nada a ver com um Conservatório. E a segunda é: como é que pode garantir que a Parque Escolar vai fazer com que mantenha o ensino público ou tendencialmente público naquele Conservatório e não altere completamente a configuração do que se passa lá.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰³

“Bom respondo às questões mais uma vez com todo o gosto. E lembro que a cláusula quarta refere que as benfeitorias vão ser feitas num prazo de quatro anos por esta entidade. E por isso há uma entidade que quer fazer as benfeitorias que já aqui foram identificadas. Uma entidade que nos é dito que tem como objectivos da sua criação, não só a requalificação e modernização dos edifícios escolares, mas também abrir a escola à comunidade, criando condições para uma maior articulação com o meio envolvente, associada a uma correcta valorização patrimonial, garantindo o aproveitamento integral das potencialidades instaladas na infra-estrutura escolar.

Eu acho que se isto acontece, eu tenho a certeza que a Parque Escolar vai gerir este edifício, não de Lisboa, mas sim com os utilizadores, com os utentes, com a Associação que tem utilizado estas instalações. E é isto que preconizo. Não é que a Câmara tenha unhas ou não tenha unhas para tocar seja lá o que quer que for. Aquilo de que me defendo, é que se esta empresa tem este desígnio que o ponha em prática e espero que o ponha em prática, porque se não o puser há uma cláusula de reversão. E esta cláusula de reversão é que eu espero que não aconteça. Isto era muito mau sinal! Queria dizer que o Estado não tinha tomado conta do recado para o qual se está a comprometer e então aí é que sim, é que devolvíamos à Fundação Calouste Gulbenkian o edifício. Isso é que seria uma vergonha para nós.

E por isso, só nesse caso é se não houver outra possibilidade de poder gerir este edifício, então é aí que a Câmara tem que assumir. E é isto que nós defendemos que a Câmara tem que fazer. A Câmara tem que assumir aquilo que mais nenhuma outra entidade do nosso associativismo, da nossa comunidade podem assumir. Se mais ninguém puder assumir e quiser assumir então é a Câmara que tem que assumir. Se houver uma outra entidade que diga assim: nós assumimos em vez da Câmara! Eu acho que a Câmara deve e tem toda a legitimidade e deve fazer isso, é a pôr a comunidade também a trabalhar em prole de todos e é isso que está aqui a acontecer. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:¹⁰⁴

“Apenas duas notas. A primeira para o diálogo ou não diálogo com a Fundação. Eu há pouco referi que o município foi intransigente na defesa da ACAV. Quer dizer que não cedemos um milímetro. Aquilo que se pretendia, a leitura, a interpretação que era feita, pela outra parte, era que nós tínhamos de sair das instalações. A leitura que nós fazíamos era que a ACAV tinha que continuar nas instalações. Se nós tivéssemos cedido em todas as reuniões que nós tivemos, podíamos ter tido o nosso problema resolvido, mas tínhamos sido injustos e ingratos para uma instituição como a ACAV que tem feito um trabalho notável.

Entendíamos ter razão, a Fundação certamente também legitimamente entendia que tinha razão, e o que acontece com normalidade num estado de direito, quando assim é, o caminho é simples “entendemo-nos nesses diálogos que fomos tendo” que só havia uma entidade capaz

de redimir esse não entendimento que tínhamos. E essa entidade era naturalmente o Tribunal. Foi isso que aconteceu com toda a normalidade, isto no meio de muitas reuniões que aconteceram naturalmente com a Fundação em relação a este assunto.

Uma nota final é dizer-vos o seguinte e apelar um pouco novamente na esteira daquilo que o Senhor Fernando, Senhor Presidente da Junta da Glória há pouco referiu, é ao realismo. Temos aqui à nossa frente uma proposta concreta, que concretiza uma necessidade e um desejo, requalifica o Conservatório.

Uma proposta e apresenta alguém que suporta os custos todos necessários, os seis, sete milhões para a requalificação dessa obra. Uma proposta que permite ultrapassar, resolver, rasurar o processo que está em Tribunal. Uma proposta que mantém o fim e o objecto com que aquela obra foi criada. Tudo isto com custo zero para o município e ainda com uma cláusula de que se assim não for reverte tudo para o município, voltamos à origem.

Melhor do que isto, só poderia ser se aqui viéssemos dizer isto tudo e ainda dizer: – e ainda nos vão pagar depois por cima disto. Se houver alguém disponível para aceitar estas condições todas, estas condicionantes, estas exigências, estes pagamentos, suportar isto tudo e ainda nos pagar no fim, excelente, estamos abertos, e estamos disponíveis a dialogar com essa entidade, porque essa será uma excelente proposta, porque a alternativa a este protocolo é só uma, é simples, é a Câmara ter que gastar, naturalmente as obras têm que ser feitas, não podem continuar naquele estado em que estão. É o município, é nós todos, gastarmos do erário municipal seis ou sete milhões para fazer a requalificação.

Penso que toda a gente percebe, que nós gostaríamos muito de fazer isso, até faríamos um figurasso! Muito, gostaríamos muito. Mas quando nós não podemos fazer uma coisa, a única coisa séria que temos a fazer é reconhecê-lo, é afirmá-lo e arranjar quem o faça. Esta parece-nos a única solução, eu não direi melhor — esta é a única solução para Aveiro e para o Conservatório. Muito obrigado.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 3 - Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal, Ministério da Educação, Fundação Calouste Gulbenkian e a Parque Escolar, EPE, dos prédios urbanos que inclui o edifício do Conservatório de Música de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria,¹⁰⁵ com trinta oito votos a favor (PSD19+CDS7+PS11+IND1), zero abstenções, e três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de votos dos vogais:

Vogal João Pedro Dias (BE):¹⁰⁷

“O BE entendeu votar contra esta parceria, apesar de entender a escola pública, o ensino público na área da música, entendemos que a incapacidade da autarquia em reabilitar este espaço não pode conduzir a este desfecho e ainda para mais quando ficou provado que a autarquia tinha a possibilidade de ter reabilitado aquele espaço, com poucos custos e com outras prioridades políticas.

Nesse sentido não nos parece favorável a assistência gratuita a esta empresa, cuja empresa vai reabilitar o espaço e vai exigir rendas para essa reabilitação, não sabemos em que condições e, portanto, não sabendo essas condições, também não estamos em condições de votar a favor. A empresa não está vocacionada para este tipo de equipamentos e aparentemente por outras declarações nem sequer para os equipamentos do ensino regular.”

Vogal António Salavessa (PCP):¹⁰⁸

“O PCP votou contra esta proposta, porque neste processo não ficaram salvaguardados os interesses municipais, designadamente pela inexistência de contrapartidas exigíveis, entre as quais o empenho do Ministério na construção dos novos jardins-de-infância; e tempo de

utilização pelo município dos espaços que venham a ser criados. Não ficando igualmente salvaguardado o carácter público do ensino que ali venha a ser ministrado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)¹⁰⁹

“O Grupo Parlamentar do CDS votou a favor da proposta, porque mais uma vez foi a melhor solução encontrada para resolver um problema de degradação numa instituição pública que existia no concelho de Aveiro, daí o nosso voto a favor.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)¹¹⁰

“Para que não faça escola esta ideia de que todos os activos que o município tem podem ser transformados ou passados para outrem, porque nós não concordamos com esta ideia. Mas também achamos que nesta altura, se fossemos nós a tomar decisões, teríamos tomado antecipadamente outras decisões, mas neste momento não há outra solução que não pela viabilização do projecto cultural do Conservatório, tomar esta decisão e aprovar este protocolo.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)¹¹¹

“Face à constatação da degradação do edifício onde funciona o Conservatório de Aveiro e à falta de financiamento que tem havido para a reabilitação do edifício e face à necessidade de continuarmos a assegurar um serviço de cultura e de ensino de música no nosso município, a bancada do PSD entende que este protocolo vem suprir esta necessidade e vai fazer face e vai ser uma forma para nós continuarmos a poder ter o ensino de música no nosso município e de podermos continuar a contar com a colaboração da Fundação de Calouste Gulbenkian, para nós podermos continuar a ter Ensino de Música em Aveiro. Muito obrigado.”

De seguida, o Presidente da Mesa¹¹², nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o presidente da Mesa¹¹³ deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 16 de Maio (2.ª feira) pelas 20:00 horas. Nos termos do artigo 14.º do Regimento será enviada convocatória.

Toda a reunião foi transmitida numa emissão em directo no endereço www.livesteam.com/aveiromunicipal.

Eram 01:00 horas do dia 05 de Maio de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)